

Orcamento da União, sem inflação para 1987.

O orçamento da União para 1987 já está quase pronto e prevê um andamento real da receita de 7%, a mesma taxa de crescimento do PIB esperada para o próximo ano. No documento, a ser encaminhado ao Congresso dentro de duas semanas, o Executivo mantém a sua previsão de uma inflação zero, "para dar o exemplo", ainda que se admita um aumento de 10% nos preços, durante todo o período.

De acordo com a justificativa oficial, se o governo encaminhar ao Legislativo um projeto de lei orçamentário embutindo uma inflação de 10 ou 15% na projeção das receitas, estará, automaticamente, sinalizando ao setor privado um número referência, e abdicando do propósito de manter os índices de preços ao redor de zero. Caso a receita cresça acima dos 7% estipulados para o PIB, refletindo uma inflação não projetada, o governo poderá encaminhar ao Congresso um projeto de lei dispendendo sobre a utilização do excesso de arrecadação.

Nas primeiras reuniões a nível técnico destinadas a discutir os parâmetros da proposta orçamentária para 1987, cogitou-se de embutir uma taxa inflacionária ao redor de 10%, que é o percentual mais aproximado, segundo as expectativas do governo. Contudo, a idéia foi posta de lado diante do argumento de que, se o governo sinalizar uma taxa inflacionária, estará, de fato, indicando o piso da inflação ao mercado, a partir do qual os agentes econômicos começarão a montar sua própria taxa inflacionária.

O total das receitas previstas para o corrente ano é de Cz\$ 438,6 bilhões, incluindo-se neste montante Cz\$ 213,6 bilhões de receitas tributárias; Cz\$ 43,8 bilhões de receitas de contribuições; Cz\$ 29,9 bilhões de receitas de serviços e Cz\$ 147,7 bilhões de receitas de capital, principalmente operações de crédito interno (Cz\$ 136,7 bilhões) destinadas a financiar o déficit orçamentário, estimado em Cz\$ 151,0 bilhões.

Um grande superávit

Se o acréscimo for de 7%, a receita adicional será de Cz\$ 30,7 bilhões, e a global, da ordem de Cz\$ 470,0 bilhões. Contudo, os técnicos advertiram que a projeção de 7% considerará não a receita estimada para o corrente exercício, mas uma projeção da que será efetivamente arrecadada, a qual poderá situar-se até 20% além da estimativa aprovada na lei orçamentária.

Lembram, a propósito, que a receita tributária vem crescendo acentuadamente a partir da vigência do Plano Cruzado, em decorrência da expansão da economia. Em junho, a receita tributária atingiu Cz\$ 30,0 bilhões e, no mês passado, subiu para Cz\$ 32,0 bilhões. Se essa média for mantida entre agosto e dezembro, haverá um expressivo superávit, pois as despesas da administração direta estão congeladas. E a partir desse excedente de arrecadação que a Secretaria do Tesouro pretende reduzir o déficit fiscal de Cz\$ 151 bilhões, neste valor incluídos os dispêndios com o giro da dívida interna e outros anteriormente sob responsabilidade do Banco Central e, a partir deste ano, incluídos no orçamento da União.

Somente de juros e outros encargos financeiros serão pagos, este ano, à conta do orçamento fiscal, Cz\$ 126,0 bilhões, pelo menos Cz\$ 20 bilhões acima do pagamento da folha de pessoal (Cz\$ 105,0 bilhões) e mais de Cz\$ 9,0 bilhões além dos investimentos previstos para as estatais produtivas no corrente ano, de Cz\$ 117,0 bilhões.